



DN

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Segunda-feira, 06 de Janeiro de 2025 - Edição nº5238

De Segunda à Sexta - Editor interino: Laurindos Macuácuca - cell:863695967
Propriedade: Media - Jornalistas Associados Limitada - GABINFO-Dispensa de Registo - DE-2003
Redacção e Administração: Rua Dom João Castro, 321- Maputo - Moçambique
Telefone: 844719596 ou 875431598
E-mail: dndemoc@gmail.com

Assinaturas mensais: 700,00 MT (ordinária),
1.300,00 MT (institucional) e 1.750,00 MT (embaixadas e ONGs estrangeiras)



25 anos ao seu dispor - Tel: 21 492706/7
Rua Dom Joao Castro, 321 - Maputo
miramarkayakwanga@tdm.co.mz

PARA TOMADA DE POSSE NO DIA 15 DE JANEIRO

Venâncio Mondlane de regresso a Moçambique

(Maputo) O candidato presidencial Venâncio Mondlane anunciou ontem o regresso a Moçambique em 09 de Janeiro, mais de dois meses depois de deixar o país, alegando que “não precisam de o perseguir mais”.

“Estão a matar os meus irmãos, estão a sequestrar os meus irmãos”, disse Venâncio Mondlane num directo ao final do dia de ontem, na sua conta na rede social Facebook, para apresentar a fase de contestação pós-eleitoral que denominou de “Ponta de lança”.

Venâncio Mondlane, que

está fora de Moçambique, alegando questões de segurança, desde 21 de Outubro, quando foram desencadeadas as manifestações pós-eleições de 09 de Outubro, anunciou que regressa a Maputo, através do aeroporto internacional de Maputo, às 08:05 de quinta-feira, 09 de Janeiro. (Redacção)

AO ADMITIR A POSSE DOS DEPUTADOS ELEITOS PELO PARTIDO

Venâncio Mondlane acusa presidente do Podemos de violar acordo

(Maputo) O candidato presidencial Venâncio Mondlane acusa o presidente do Podemos, que apoiou a sua candidatura, de violar o acordo pré-eleitoral entre ambos, ao admitir a posse dos deputados eleitos pelo partido, até agora sem representação parlamentar.

Num esclarecimento enviado sábado aos partidos políticos, representações diplomáticas e ao Presidente da

República, Filipe Nyusi, cuja autenticidade foi ontem confirmada junto de Venâncio Mondlane, o candidato, que não reconhece os resultados proclamados das eleições gerais de 09 de Outubro, recorda que assinou com o Podemos, em 21 de Agosto, um “acordo político coligatório”, válido até 2028, que “regula uma série de questões”, nomeadamente “decisões políticas do Podemos”.

“Estando, o estimável Albino Forquilha, presidente do Partido, numa série de pronunciamentos públicos e

políticos, que vão na contra-mão do acordo, urge alertar ao povo moçambicano, e aos demais destinatários, que tais decisões, pronunciamentos públicos, acordos e negociações são nulos e de nenhum efeito, por violar o espírito e letra do acordo supracitado”, lê-se no documento.

O partido até agora extr-parlamentar Povo Optimista para o Desenvolvimento de Moçambique (Podemos), registado em Maio de 2019



Publicidade

AVISO

Renovação de assinaturas para 2025

A direção comercial da Media Jornalistas Associados, empresa proprietária do jornal *DIÁRIO DE NOTÍCIAS (DN)*, informa que está aberta para novas subscrições e renovação de assinaturas para o ano 2025. Por favor contactar através do e-mail diariodenoticias@tv cabo.co.mz ou pelos telefones celulares 84 4719596 / 863695967.

Atenciosamente
Sector Comercial

e composto por dissidentes da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), viu a sua popularidade aumentar desde o anúncio, em 21 de Agosto, do apoio à candidatura de Mondlane nas presidenciais, em resultado de um “acordo político”, pouco tempo depois de Mondlane ter a sua coligação (CAD) rejeitada pelo Conselho Constitucional por “irregularidades”.

No documento, Venâncio Mondlane recorda que Moçambique vive “uma das suas maiores crises políticas geradas pela mega fraude eleitoral” nas eleições gerais de Outubro, e que está “engajado em combater a histórica e cíclica fraude eleitoral”.

Todavia, para levar a bom termo essa luta, que tem, entre outros sacrossantos e inegociáveis desideratos a verdade eleitoral como epicentro, é crucial que a cruzada política ilegítima do ilustre presidente do Podemos tenha fim”, escreve ainda Venâncio Mondlane, garantindo que “foram feitos titânicos esforços de o demover desse descaminho contratual e político, entre contactos interpessoais, reuniões, escritos”.

Contudo, admite, para sua “tristeza”, esses contactos “redundaram em insucesso”.

“Aliás, umas das mais recentes fendas foi a infeliz e, politicamente irregular, decisão de tomada de posse de deputados do Podemos, um ato que ofende, profundamente, a moral, a ética e os interesses do povo moçambicano que votou na dupla VM7 [Venâncio Mondlane]/Podemos na confiança de que achara seus interlocutores diferenciados”, acrescenta, reconhecendo que estão “esgotados” todos os meios para inverter a situação, mas tendo a “esperança” que esta posição leve Forquilha a “abster-se de praticar atos” que pelo acordo pré-eleitoral “o inibem, por ilegitimidade”.

Os resultados promulgados pelo Conselho Constitucional (CC) no dia 23 apontam o Podemos como o novo maior partido de oposição em Moçambique no próximo parlamento, cuja cerimónia de posse será previsivelmente em 13 de janeiro, tirando um estatuto que era da Resistência Nacional Moçambicana (Renamo) desde as primeiras eleições multipartidárias, em 1994.

Dos 250 assentos que compõem a Assembleia da República, a Renamo passou de 60 deputados, que obteve nas legislativas de 2019, para 28 parlamentares.

A Frelimo, no poder desde a independência, manteve-se com uma maioria parlamentar, com 171 deputados.

Nas presidenciais, o CC proclamou Daniel Chapo, candidato apoiado pela Frelimo, como vencedor, com 65,17% dos votos. Foi também declarada a vitória da Frelimo, que manteve a maioria parlamentar, nas eleições gerais de 09 de outubro.

A eleição de Chapo tem sido contestada nas ruas e o anúncio do CC aumentou o caos que o país vive desde outubro, com manifestantes pró-Mondlane -- candidato que, segundo o CC obteve apenas 24% dos votos, mas reclama vitória -- em protestos a exigirem a “reposição da verdade eleitoral”, com barricadas, pilhagens e confrontos com a polícia, que tem vindo a realizar disparos para tentar a desmobilização, com registo de quase 300 mortos e mais de 500 pessoas baleadas. (Redacção)

REACÇÃO DE ASSESSOR DE VENÂNCIO SOBRE POSSE DE DEPUTADOS

Podemos vê com “surpresa”

(Maputo) O partido Podemos reagiu este sábado com “surpresa” às declarações do assessor do candidato presidencial Venâncio Mondlane, que classificou a tomada de posse dos seus deputados como traição, e garantiu que a força política está a auscultar a população.

“O partido Podemos não se revê neste posicionamento. O Dinis Tivane é da comissão técnica do processo eleitoral, de ambas as partes, tanto do partido Podemos, assim como do candidato Venâncio Mondlane, no âmbito do acordo que existe entre estas duas partes”, disse o porta-voz do partido Duclésio Chico.

Dinis Tivane, assessor de Venâncio Mondlane, candidato presidencial que não reconhece os resultados das eleições gerais de 09 de Outubro, afirmou na sexta-feira, num vídeo colocado na sua rede social Facebook, que a tomada de posse dos deputados do partido, apoiante da corrida de Venâncio Mondlane à Presidência, seria uma “traição”, e defendeu a rejeição dos resultados promulgados pelo Conselho Constitucional (CC).

“A tomada de posse do partido Podemos seria, sim, uma traição, porque o povo está a fazer uma luta, está nas ruas. Mais do que isso é o facto de o partido Podemos, na nossa contagem paralela, ter 138 assentos. Qual é razão de o partido correr para tomar posse de 43 assentos, quando o partido merece 138?”, declarou Dinis Tivane.

“Sobre a tomada de posse, o partido Podemos está em diversas reuniões e encontros para avaliar a opinião da população, como é que vamos fazer isso. Mas a breve trecho, na próxima semana, viremos a público informar”, afirmou o porta-voz do partido.

O representante negou qualquer afastamento entre a formação política e o candidato presidencial que apoiou nas eleições de Outubro: “Nós continuamos com o candidato Venâncio Mondlane. O partido Podemos ainda está com o candidato Venâncio Mondlane”, afirmou ainda Duclésio Chico, garantindo que os contactos entre o candidato e o presidente do partido, Albino Forquilha, “são recorrentes”.

O partido até agora extra-parlamentar Povo Optimista para o Desenvolvimento de Moçambique (Podemos), registado em Maio de 2019 e composto por dissidentes da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), viu a sua popularidade aumentar desde o anunciou, em 21 de Agosto, do apoio à candidatura de Mondlane nas presidenciais, em resultado de um “acordo político”, pouco tempo depois de Mondlane ter a sua coligação (CAD) rejeitada pelo Conselho Constitucional por “irregularidades”.

“Com o acordo político, foi o Podemos que, politicamente, foi apoiado e promovido”, frisou, na sexta-feira, Dinis Tivane, que defende ainda que, à luz da lei, o partido não vai perder os seus mandatos caso não participe na “investidura simbólica” prevista para 13 de Janeiro. O Podemos é fruto de uma dissidência de antigos membros da Frelimo, que pediam mais “inclusão económica” e abandonaram o partido no poder, na altura, alegando “desencanto” e diferentes ambições.

⇒

Os resultados promulgados pelo CC no dia 23 apontam o Podemos como maior partido de oposição em Moçambique no próximo Parlamento, tirando um estatuto que era da Resistência Nacional Moçambicana (Renamo) desde as primeiras eleições multipartidárias, em 1994. Dos 250 assentos que compõem a Assembleia da República, a Renamo passou de 60 deputados, que obteve nas legislativas de 2019, para 28 parlamentares.

A Frelimo, no poder desde a independência, manteve-se com uma maio-

ria parlamentar, com 171 deputados.

Nas presidenciais, o CC, última instância de recurso em contenciosos eleitorais, proclamou Daniel Chapo, candidato apoiado pela Frelimo, como vencedor, com 65,17% dos votos. Foi também declarada a vitória da Frelimo, que manteve a maioria parlamentar, nas eleições gerais de 09 de Outubro.

A eleição de Chapo como sucessor de Filipe Nyusi é, contudo, contestada nas ruas e o anúncio do CC aumentou o caos que o país vive desde Outubro, com manifestantes pró-Mondlane --

candidato que, segundo o Conselho Constitucional, obteve apenas 24% dos votos, mas reclama vitória -- em protestos a exigirem a “reposição da verdade eleitoral”, com barricadas, pilhagens e confrontos com a Polícia. A força de segurança tem vindo a realizar disparos para tentar a desmobilização.

Confrontos entre a Polícia os manifestantes já provocaram quase 300 mortos e mais de 500 pessoas feridas a tiro, segundo organizações da sociedade civil que acompanham o processo. **(Redacção)**

MANIFESTAÇÕES PÓS-ELEITORAIS

Mais de 40% das infra-estruturas da Polícia destruídas

(Maputo) O comandante-geral da Polícia da República de Moçambique (PRM), Bernardino Rafael, estima que mais de 40% das infra-estruturas daquela força policial foram destruídas ou parcialmente vandalizadas nas manifestações pós-eleitorais desde 21 de Outubro.

Numa declaração feita numa parada realizada no quartel da Unidade de Intervenção Rápida da PRM, em Katembe, Maputo, Bernardino Rafael deu conta que a rede de infra-estruturas, “que levou anos a construir”, foi “severamente afectada” pela violência pós-eleitoral que se regista no país.

“Estamos a falar de mais de 40% das unidades vandalizadas parcial ou totalmente em pouco mais de 80 dias de manifestações”, declarou Bernardino Rafael, recordando que as mesmas infra-estruturas serviam de “aproximação” da PRM às populações.

“Serviam directamente as pessoas que tomaram a iniciativa de destruí-las”, disse ainda o comandante-geral da corporação, garantindo que, apesar do nível de destruição, que visou sobretudo a Polícia, a PRM permanece no terreno “para garantir a ordem e a segurança públicas”.

O Conselho Constitucional (CC) fixou oficialmente o dia 15 de Janeiro para a tomada de posse do novo Presidente da República, que sucede a Filipe Nyusi.

Em 23 de Dezembro, o CC, última instância de recurso em contenciosos eleitorais, proclamou Daniel Chapo, candidato apoiado pela Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo, no poder), como vencedor da eleição a Presidente da República, com 65,17% dos votos, sucedendo no cargo a Filipe Nyusi, bem como a vitória da Frelimo, que manteve a maioria parlamentar, nas eleições gerais de 09 de Outubro.

Daniel Chapo, apontado pela Frelimo como uma “proposta jovem” e que vai ser o primeiro chefe de Estado nascido após a independência, assumirá a Presidência no ano em que o país assinala 50 anos de independência, um período marcado, entretanto, pela maior contestação aos resultados eleitorais desde as primeiras eleições, 1994.

A sua eleição é, contudo, contestada nas ruas e o anúncio do CC aumentou o caos que o país vive desde Outubro, com manifestantes pró-Venâncio Mondlane -- candidato que segundo o Conselho Constitucional obteve apenas

24% dos votos, mas que reclama vitória -- em protestos a exigirem a “reposição da verdade eleitoral, com barricadas, pilhagens e confrontos com a Polícia, que tem vindo a realizar disparos para tentar a desmobilização. Confrontos entre a Polícia e os manifestantes já provocaram quase 300 mortos e mais de 500 pessoas feridas a tiro, segundo organizações da sociedade civil que acompanham o processo.

Além de Venâncio Mondlane, apoiado pelo partido Podemos, no percurso até à Ponta Vermelha (Residencial oficial do Presidente da República), Chapo enfrentou nas eleições de 09 de Outubro Ossufo Momade (que obteve 6,62%), líder e apoiado pela Resistência Nacional Moçambicana (Renamo), principal força de oposição, e Lutero Simango (que teve 4,02%), suportado e presidente do Movimento Democrático de Moçambique.

Mondlane, que lidera a contestação a partir do estrangeiro, afirmou, num dos seus directos na sua rede social Facebook, que vai tomar posse no dia 15 de Janeiro e prometeu anunciar, com detalhes, a próxima fase das manifestações, que designou de “Ponta de Lança”. **(Redacção)**

DOIS MESES DEPOIS DA VIOLÊNCIA QUE EMPURROU O PAÍS AO CAOS

PR diz que há condições para “manter a paz” em 2025

(Maputo) O Presidente Filipe Nyusi defendeu ontem que há condições para “manter a paz” e a reconci-

liação em 2025, depois de mais de dois meses de violência pós-eleitoral que provocou quase 300 mortos e elevada

destruição.

“Estamos a trabalhar para isso, eu

→

acredito que o Governo vai continuar a trabalhar nesse sentido. E há condições, mas sobretudo há capacidade no seio dos moçambicanos para manter a paz”, disse Filipe Nyusi, após visitar a Comunidade de Santo Egídio, em Maputo, uma organização católica dedicada à caridade e à promoção da paz.

Em Moçambique, a Comunidade de Santo Egídio notabilizou-se por ter mediado o acordo geral de paz assinado em Roma, em 1992, entre o Governo, da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) e a Resistência Nacional Moçambicana (Renamo), que terminou com uma guerra civil de 16 anos.

Após o anúncio dos primeiros resultados das eleições gerais de 09 de Outubro de 2024, Moçambique mergulhou em mais de dois meses de consecutivas paralisações e manifestações, que degeneraram em violência, convocadas pelo candidato presidencial Venâncio Mondlane, que não reconhece aqueles resultados.

“Temos de encontrar uma saída”, respondeu ainda Nyusi, mas “sem dramatizar”, questionado pelos jornalistas à saída da comunidade, retorquindo tratar-se de um dia e de uma visita que não era para “fazer política” e sim para valorizar o trabalho, desde logo de reinserção social, realizado por aquela

instituição.

O Conselho Constitucional (CC) de Moçambique fixou o dia 15 de Janeiro para a tomada de posse do novo Presidente da República, que sucede a Filipe Nyusi.

Em 23 de Dezembro, o CC, última instância de recurso em contenciosos eleitorais, proclamou Daniel Chapo, candidato apoiado pela Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo, no poder), como vencedor da eleição a Presidente da República, com 65,17% dos votos, sucedendo no cargo a Filipe Nyusi, bem como a vitória da Frelimo, que manteve a maioria parlamentar, nas eleições gerais de 09 de Outubro.

Este anúncio levou de imediato a novos confrontos, destruição de património público e privado, manifestações, paralisações e saques, mas na última semana, sem novas convocatórias de protestos, a situação normalizou-se em todo o país.

Daniel Chapo, apontado pela Frelimo como uma “proposta jovem” e que vai ser o primeiro chefe de Estado nascido após a independência, assumirá a Presidência no ano em que o país assinala 50 anos de independência, um período marcado, entretanto, pela maior contestação aos resultados eleitorais desde as primeiras eleições, 1994.

A sua eleição é contestada nas ruas e o anúncio do CC aumentou o caos que o país vive desde outubro, com manifestantes pró-Venâncio Mondlane -- candidato que segundo o CC obteve apenas 24% dos votos, mas que reclama vitória -- em protestos a exigirem a “reposição da verdade eleitoral, com barricadas, pilhagens e confrontos com a Polícia, que tem vindo a realizar disparos para tentar a desmobilização.

Confrontos entre a Polícia os manifestantes já provocaram quase 300 mortos e mais de 500 pessoas baleadas, segundo organizações da sociedade civil que acompanham o processo.

Além de Venâncio Mondlane, apoiado pelo partido Podemos, no percurso até à Ponta Vermelha (Residencial oficial do Presidente da República), Chapo enfrentou nas eleições de 09 de Outubro Ossufo Momade (que obteve 6,62%), líder e apoiado pela Resistência Nacional Moçambicana (Renamo), principal força de oposição, e Lutero Simango (que teve 4,02%), suportado e presidente do Movimento Democrático de Moçambique.

Mondlane, que lidera a contestação a partir do estrangeiro, afirmou, num dos seus diretos na rede social Facebook, que vai tomar posse no dia 15 de Janeiro. **(Redacção)**

ATÉ GOVERNO PAGAR HORAS EXTRAS

Professores ameaçam boicotar exame especial

(Maputo) Professores ameaçam boicotar “exames especiais” agendados para alunos que não conseguiram realizar provas nacionais em Dezembro face às paralisações da classe e aos protestos pós-eleitorais até o Governo pagar horas extraordinárias em atraso.

“Primeiro que paguem todas as horas extras em atraso, depois vamos controlar os exames especiais, do contrário, vão dizer que estamos a boicotar os exames, enquanto estamos a exigir nossos direitos”, disse o porta-voz da Associação Nacional dos Professores (Anapro), Marcos Mulima, em declarações face aos “exames especiais” para estudante da 10.^a e 12.^a classes, agendados para decorrer de 20 a 24 de Janeiro.

Entre outros aspectos, os professores reclamam atrasos no pagamento de horas extraordinárias de dois meses e 18 dias de 2022, de todo o ano de 2023

e também de todo 2024, bem como “melhor enquadramento” na Tabela Salarial Única (TSU).

O porta-voz da Anapro disse que, além dos “exames especiais”, o arranque do ano lectivo para o ensino geral e técnico e profissional está igualmente “comprometido”, ameaçando uma paralisação geral das actividades até o Executivo saldar as dívidas.

“Eles estão cientes que devem pagar até dia 20 de Janeiro ou haverá greves que vão condicionar os exames e também a abertura do ano lectivo. Pressão, ameaças e perseguições sempre existirão, mas não vamos parar até que se pague”, afirmou Marcos Mulima, indicando que até então o Governo não pagou na totalidade as horas extras em atraso desde 2022.

O Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH)

vai submeter a “exames especiais” em Janeiro todos os estudantes da 10.^a e 12.^a classes que não conseguiram realizar os exames nacionais.

“Poderão candidatar-se a estes exames os alunos inscritos da 10.^a e 12.^a classes que perderam os exames finais da 1.^a e 2.^a chamadas e os candidatos externos da 12.^a classe que não realizaram os exames de candidatos externos”, lê-se num edital do MINEDH.

A decisão do Governo surgiu num contexto em que Moçambique atravessa uma tensão pós-eleitoral que impediu a realização de exames em algumas escolas, aliado às paralisações de actividades em pelo menos 32 escolas, onde professores impediram a realização de exames finais do ensino secundário, no início do mês de Dezembro, exigindo o pagamento de horas extraordinárias. **(Redacção)**